

O CORPO NA CIDADE DAS ÁGUAS: SÃO PAULO (1840-1910)

Denise Bernuzzi de Sant'Anna*

Resumo

Este artigo analisa algumas das relações entre os usos da água na cidade de São Paulo e o corpo de seus moradores no século XIX. Dos antigos rios, fontes e chafarizes ao estabelecimento da Companhia Cantareira, uma cultura das águas envolve e caracteriza a vida paulistana, marca disputas e alianças sociais, além de revelar gestos e sensibilidades que, por vezes, não são mais visíveis no cotidiano da cidade atual.

Palavras-chave

Corpo; água; gestos; cotidiano; higiene.

Abstract

This article analyzes some of the relations between the uses of water in the city of São Paulo and the body of its dwellers in the 19th century. From the old rivers, fountains and public fountains to the foundation of Companhia Cantareira, a culture of waters involves and characterizes life in the city of São Paulo, marking social disputes and alliances, besides disclosing gestures and feelings, some of which cannot be seen in the daily life of the city nowadays.

Key-words

Body; water; gestures; daily life; hygiene.

Impossível retroceder às origens dos elos entre a água e o corpo humano. Na biologia e no imaginário, a água constitui os corpos, assim como ela se confunde com a essência da vida. Elemento flexível, que passa “humildemente” pelos esgotos, “aceitando o que os homens em geral abominam”, a água pode correr alto ou baixo, assumir “a forma de qualquer recipiente” e servir a uma imensa variedade de propósitos.¹ Importante testemunho do corpo, a água se presta aos mais íntimos e desclassificados serviços e, ao mesmo tempo, aos mais abençoados e higiênicos atos. Mas esta flexibilidade da água também inclui a sua escassez ou a sua abundância, por vezes indesejadas e malsãs.

Por conseguinte, as histórias dos encontros e desencontros do corpo com a água são ancentrais e possuem um forte poder indicativo: indicam, por exemplo, o universo de gestos relacionados às inúmeras experiências de higiene, o abastecimento familiar, a atividades de lazer em lagoas, piscinas, fontes e rios, ou então de trabalho, tal como a culinária e a extração de areia e barro dos leitos fluviais. Existem, igualmente, indicações sobre a dimensão das disputas pela água entre os habitantes de uma mesma localidade. Tais disputas revelam o mundo que cerca e atravessa as águas, aquele da posse das terras, das intervenções de engenheiros no desenho da cidade, das hierarquias entre antigos ofícios, os quais, em grande número, desapareceram do cotidiano atual: pescadores, barqueiros, lava-deiras, fiscais de pontes e, ainda, sentinelas de caixas d'água, aguadeiros, zeladores de chafarizes, entre outros.

Parte dessas indicações, rapidamente mencionadas acima, será trabalhada neste artigo inspirado em nossa pesquisa sobre os usos da água na cidade de São Paulo ao longo do século XIX.² A abundância tanto quanto a escassez das águas nesse período caracterizam grande parte da vida paulistana e imprimem nos corpos de seus moradores a necessidade de fabricar equipamentos e sensibilidades adaptadas ao cotidiano dependente de rios, bicas, chafarizes, fontes, poços, etc., elementos naturais e produzidos pelo homem, mas que, em nossos dias, ocupam pouco espaço visual dentro da capital paulista.

As dificuldades encontradas na pesquisa são, contudo, significativas. Embora fartos, os registros das relações entre as águas e os corpos de outrora nem sempre são muito eloqüentes. Como se as águas do passado, ao ganharem a escuridão do mundo subterrâneo dos canos, ao receberem novos processos de filtração, ou ao desaparecerem da visão e do contato permanente com os espaços públicos da cidade, tivessem levado com elas, igualmente, as memórias daqueles que nelas foram banhados, as histórias dos corpos por elas testemunhadas e as sensibilidades que elas ajudaram a construir. E, por isso mesmo, esta pesquisa não deixa de ser, como muitas outras, uma tentativa de reavivar o antigo e sempre atual questionamento dos limites do ofício do historiador. Nada além do que um exercício de curiosidade vital: até onde é possível fazer história, trabalhando com vestígios e traços

esparso? E, o que é mais importante: até onde é possível fazer história, mantendo-se ético o suficiente para não inflacionar com valores atuais e com um antropomorfismo característico de nossa época inúmeras dimensões da vida passada desprovidas dos poderes da escrita e, por vezes, da fala?

1. Um enredo de poucas palavras

Em meio às relações estabelecidas historicamente entre o corpo e a água, o delineamento da cultura gestual ocupa um lugar de destaque. Os gestos não são apenas um parceiro da fala, podendo contradizê-la, confirmá-la ou ritmá-la, nem unicamente um de seus instrumentos ou o seu “primo pobre”. Difícil, contudo, é perceber um gesto desacompanhado da linguagem oral. E, impossível, talvez, proceder ao isolamento de qualquer gesto em relação ao corpo no qual ele emerge e à cultura da qual ele participa. É também praticamente impossível traduzir por completo os gestos mediante a linearidade de certas frases, nas quais se localizam o sujeito, o verbo e o objeto. Um gesto é sempre emissão plural e simultânea de uma determinada ação, expressão das intenções daquele que age, bem como de seus limites e possibilidades.³ Mas ele não deixa de ser extraordinariamente preciso, mesmo quando expressa a redundância.

Para complicar ainda mais a situação que aqui tentaremos abordar, os gestos se comunicam entre si, seja num mesmo corpo, seja entre corpos diferentes, e isto pode ocorrer antes mesmo de serem capturados e mediados pela fala: cotidianamente, sorrisos respondem a sorrisos ou a lágrimas, toques de mãos interpelam e modulam inúmeros movimentos corporais ou se integram a outros gestos; olhares se cruzam, se examinam, desafiam os mais próximos, tecem alianças, submetem... Tudo se passa como se um vasto campo de experiências mudas vivesse constantemente em contato, trocando informações, disputando atenção e afetos.

Investigar as expressões sem voz não deixa, porém, de ser uma maneira, entre outras, de contribuir para aguçar o entendimento de uma frase falada ou escrita, pois, assim como ocorre com a escrita e a fala, outras formas de expressão do ser humano revelam tanto quanto ocultam. Não é portanto uma suposta transparência das identidades corporais ou do mundo que a sua observação promete, mas sim a percepção, ainda que fugaz e mínima, da densidade histórica que os anima em cada circunstância.

Difícil, no entanto, é captar a historicidade dessas expressões que nem sempre passam para a dimensão falada ou para a escrita. O mesmo ocorre quando se tenta abarcar o corpo inteiro, juntamente com a sua voz e seus gestos: tarefa sem fim e talvez, em grande medida,

arriscada. Pois o que é o corpo sem as relações nas quais ele se expressa, vive e atua? Como é possível observar um corpo sem considerá-lo, imediatamente, a partir dos corpos que o sucedem e o precedem, que o rodeiam e que dele se diferenciam? E, ainda, como é possível escrever e falar de corpos sem considerar os objetos (incluindo remédios, móveis, roupas, meios de transporte, etc.) que marcam as suas potencialidades tanto quanto os seus limites? Em suma, como pensar os corpos, especialmente de uma perspectiva histórica, sem os enredos sociotécnicos que os constituem?

O mobiliário de uma época, por exemplo, ou os instrumentos de trabalho de um determinado grupo social trazem indicações importantes sobre os modos de apoiar, sustentar e acomodar o corpo, seja no esforço, seja no descanso. Utensílios e equipamentos de uso cotidiano, assim como máquinas e móveis feitos para receber a presença e o contato dos corpos, costumam funcionar de modo triplo: como extensões, suportes e demarcadores dos limites ao mesmo tempo corporais e culturais. Eles são índices da sagacidade de cada grupo social, mas também expressam parte de seus receios e sonhos. Seus usos, principalmente, fornecem sugestões importantes sobre as destrezas e as dificuldades humanas. Entretanto, toda cultura gestual resulta de transmissões e aprendizados por vezes longos, frutos de uma ingerência racional sobre o corpo.

Os gestos de abrir e fechar torneiras, por exemplo, com o intuito de obter água, exigiram um obstinado aprendizado. A naturalidade com que milhares de pessoas de nossos dias associam as torneiras ao giro das mãos para abri-las e fechá-las (embora já existam torneiras que demandam gestos diferentes destes) não era muito evidente entre indivíduos habituados, por exemplo, a retirar a água para o sustento diário de dentro de poços, tinhas, fontes ou rios, com a ajuda de baldes, bacias e canecas.

Na cidade de São Paulo, quando o sistema de abastecimento não contava ainda com o uso de muitas torneiras, fechá-las após o uso pessoal, por exemplo, não era uma prática largamente considerada natural. Por isso, “deixar” a torneira aberta após o seu uso não significava apenas uma travessura ou alguma resistência ao uso desse equipamento. Poderia também ser um esquecimento comum numa época em que o aprendizado dos gestos de abrir e fechar torneiras não era muito freqüente. Tal aprendizado, assim como tantos outros, não poderia ocorrer sem a coação de antigos gestos, o adestramento das mãos, do braço e da visão em função de movimentos giratórios cada vez mais associados aos valores do conforto e da economia individualizada da água.

Talvez esse aprendizado tenha sido em parte dificultado pela presença constante da água na cidade para além dos recipientes com torneiras. Durante uma boa parte do século XIX, a cidade de São Paulo era entrecortada pela visão de rios, poços cavados em quintais de terra, fontes e córregos rodeados por matagais. Embora a maior parte dos memorialistas

insistissem na constante escassez de água – bastante visível também em artigos de jornais, em *Papéis Avulsos* e nas Atas da Câmara, os viajantes estrangeiros tendiam a caracterizar São Paulo em meio a seus rios e fontes: para além do “majestoso Tietê”, córregos, ribeirões e bicas constituíam a geografia e os costumes paulistanos.⁴ E, mesmo quando a escassez de água era enfaticamente denunciada pela imprensa, a cidade que emergia desta denúncia era aquela em que homens e mulheres estavam habituados a lidar constantemente com a presença fluvial e com inúmeros trabalhos destinados a tirar das águas a subsistência diária.

Os usos deste fluido essencial à vida, no entanto, nem sempre eram compreendidos com base nos mesmos valores e necessidades hoje em voga. Os exemplos a esse respeito são muito diferentes uns dos outros, mas, em geral, demonstram tanto a nossa proximidade com o passado quanto a nossa distância, especialmente quando se trata de limpeza. A referência ao rapé, por exemplo, como medida de higiene adotada por vários moradores da cidade, ou então o hábito de “arear panelas” com areia e pouca ou nenhuma água, essas eram práticas de limpeza importantes em meados do século XIX. Nessa época, um “moleque de cara suja” poderia, dependendo da circunstância, expressar valores positivos, ligados à coragem e à masculinidade. Quando foi criada a casa de banhos públicos chamada Sereia Paulista, na década de 1860, não foram sobretudo os seus banhos de chuva e de banheira os principais responsáveis pela clientela masculina, mas, muito mais, os deliciosos bifes e as picantes conversas em seu restaurante, entre comerciantes que já tinham o hábito de se encontrar freqüentemente no Largo São Bento.⁵

Além disso, numa mesma época, o que era limpeza para uns poderia parecer sujeira e desleixo para outros e vice-versa. A água das chuvas causava enchentes em quintais e ruas, além do lamaçal, da destruição do calçamento com pedregulhos (estes não eram, ainda, fixos no solo) e do constante desabamento das pontes de madeira. Mas, várias vezes, as enchentes favoreciam lavradores e, em particular, muitas “estrepolias” entre a criançada.

De todo modo, antes do estabelecimento de diversos chafarizes e do encanamento estabelecido pela Companhia Cantareira, a água tendia a ser vista como parte constitutiva do espaço urbano, que, por sua vez, estava repleto de aspectos rurais: formigueiros, roças e sítios recortados por matagais, becos repletos de sapos e insetos, quintais com hortas, galinheiros, porcos, muitas chácaras e vários veios de água. Mesmo durante a primeira metade do século XIX, quando os chafarizes proliferaram, não é possível afirmar com certeza se os rios, por exemplo, já eram amplamente vividos como uma *paisagem*, no sentido contemporâneo deste termo,⁶ pois diversos usos da água, tanto os laicos como os sagrados, tendiam a se manter bastante próximos do cotidiano paulistano, embaraçando,

de certo modo, o advento de uma transformação de fontes e rios naturais em paisagem que, como tal, serviria muito mais a uma espécie de contemplação visual distanciada de seus usos e serviços cotidianos.

Naquela época, a sonoridade de rios e córregos podia ser sempre ouvida. A pesca tinha um lugar significativo na economia dos mais pobres, assim como, progressivamente, o barro, a areia e o cascalho retirados dos leitos dos rios, sobretudo do Tietê, serviam como matérias-primas aos trabalhos de barqueiros e famílias ribeirinhas. Fica a impressão de que os rios eram considerados e tratados como elementos vivos, de onde vem a suspeita de que não foram desde sempre (ou para todos) percebidos como paisagem. Sobre os rios maiores deslizavam diariamente botes e barcas, que serviam também para o transporte de pessoas. Os rios alimentavam a cidade e seus habitantes, serviam como ponto de referência, divisão ou ligação de territórios e de culturas.

Numa época em que as forças da natureza marcavam presença assídua na vida paulistana, a visão da água não costumava estar associada a esta espécie de “vestimenta” feita de encanamentos e torneiras. Diferentes dos poços e dos rios, as torneiras tendem a ser acompanhadas por um sistema técnico que retira a água dos espaços públicos, bem como da visão, separando-a do contato com o meio ambiente. Além disso, hoje, não apenas vemos outras águas como também as vemos com olhos que não são mais aqueles dos paulistanos que conheceram a visão dos rios Anhangabaú e Tamanduateí; vemos a água, dentro das moradias, saindo das torneiras, chuveiros, descargas, garrafas e filtros; esquecemo-nos de sua presença subterrânea ou em cima dos imóveis, em caixas d’água. Vários rios foram transformados em esgotos a céu aberto. As fontes de água se tornaram raridades. O cheiro do cloro, contudo, é por vezes forte nas proximidades das piscinas aquecidas, esses confortos esportivos inexistentes na São Paulo da época da Ilha dos Amores.

Num primeiro momento, as torneiras colocadas nos chafarizes, várias delas de bronze, representavam uma exceção na vida do paulistano habituado ao uso de canaletas e de pequenas tampas de madeira ou metal, fabricadas de modo doméstico e artesanal. Bicas parcialmente fechadas com tocos combinavam com a água de poços – que desconheciam a presença das torneiras, mais tarde presentes em vários locais da cidade e dentro das moradias –, bastante comuns até o final do século XIX.

É interessante observar, contudo, o quanto a torneira sugere um modo específico de controle sobre a quantidade de água gasta individualmente. Pesquisando em *Papéis Avulsos* e Atas da Câmara, percebe-se que, com a torneira e com os gestos de abrir e fechar suscitados por sua presença, certos usos da água ganharam um aspecto individual e afirmaram-se como um *bem pessoal*. Diferente de uma fonte, que jorra água incessantemente, o estabelecimento da torneira possibilita a criação de intervalos e de cortes no jorro contínuo

das águas. Facilita, assim, a transformação da água num fluido *que não pode ser desperdiçado*, que deve jorrar apenas e conforme as necessidades de cada um. Ao contrário também das antigas canaletas, a torneira viabiliza a escolha do volume de água coletado por cada um. Desse modo, impulsiona um controle novo sobre um fluido considerado natural.

Assim, por exemplo, uma petição de 14 de março de 1804 solicita à Câmara, por meio de um longo texto, apenas uma torneira, “porque podia acontecer de haver ano seco”⁷ e era preciso tapar a água para não desperdiçá-la. Evidentemente, sem torneira, a medida de economia era resolvida com um pedaço de madeira bloqueador das águas nos canos chumbados em pedras ou perfurando morros. Mas o advento da torneira contribuiu para facilitar e ao mesmo tempo estimular essa medida de economia. A torneira é, nesse caso, a materialização do desejo de “não desperdiçar” a água, especialmente em regiões e ocasiões em que ela é escassa.

Mas as torneiras poderiam ser utilizadas, também, num sentido totalmente inverso deste acima mencionado. Alguns chafarizes da cidade, propositalmente ou não, tinham torneiras muito baixas, dificultando a coleta do líquido e forçando a população a utilizar pequenos baldes para coletá-lo: aqui, a posição das torneiras por si só causava sérias dificuldades aos “baldeadores”, como eram chamados alguns carregadores de água, pois eles não conseguiam coletá-las em quantidade suficiente.⁸ Ou seja, essas torneiras colocadas quase junto ao solo concretizavam, por sua posição, a expectativa de algumas autoridades públicas de regrar, de modo bastante polêmico, o consumo de água na capital.

Especialmente durante as décadas de 1850 e 1860, havia ainda diversas queixas dirigidas à Câmara, de engenheiros e fiscais, referentes aos maus tratos das torneiras por grupos de pessoas, acusadas de serem “moleques ou malfeitores”, responsáveis por danificar esses equipamentos: são tiradas do lugar, “viradas de baixo para cima”, produzindo o “escorrimento d’agoa pelas ruas” ou o estrago dos chafarizes.⁹ Por um lado, a torneira funcionava como um equipamento de conforto e como um instrumento para regrar e auxiliar na economia da água; contribuía, portanto, para fomentar a noção de que a água é um bem privado, de que cada um é responsável por fechar esse equipamento após o uso. Mas, por outro lado, com a torneira, cada coletor de água é incitado a esperar obter a quantidade desejada do líquido sempre que ela for aberta. Daí emergem algumas decepções: nem sempre há água suficiente. Antes da emergência da torneira, quando a fonte natural secava, o descontentamento daqueles que careciam de água se voltava contra a natureza. Mas, se é a torneira que “seca”, a culpa tenderá a ser depositada nos responsáveis pela instalação deste aparelho, incluindo sua extensão de canos e o sistema técnico de captação.

2. O corpo e os recipientes para a água

O freqüente uso de baldes para recolher a água dos rios e dos chafarizes implementava a assiduidade de certos gestos no cotidiano de São Paulo. Entre eles, os gestos necessários para suspender esses recipientes e colocá-los sobre a cabeça, bastante comuns durante boa parte do século XIX, marcando, sobretudo, a postura e as atitudes físicas das mulheres pobres e dos escravos. Além dessas figuras retilíneas, que andavam com recipientes de água por vezes bastante pesados e grandes sobre a cabeça, muitas lavadeiras portavam pesados tachos de cobre repletos de roupas, que eram lavadas nas margens das várzeas, em córregos e rios.¹⁰ O transporte de pescados, em tachos sobre a cabeça, também fazia parte dessa espécie de “população de carregadores ambulantes”.

Barris, pipas, filtros de barro, cuias, potes, jarros cocos, baldes... A variedade de utensílios e materiais utilizados para a coleta, o transporte e o armazenamento da água é um testemunho da riqueza da cultura técnica e material existente no passado. Seus usos, incluindo os modos de transporte, fornecem indicações preciosas sobre o cotidiano na cidade. Em sua vinda ao Brasil, Thomas Ewbank já havia escrito sobre a diversidade de vasilhas de barro nacionais. “Toda casa tem uma talha”, afirmou o estrangeiro, e este utensílio costumava ficar num canto da sala, contendo de quarenta a sessenta litros d’água. Nas moradias abastadas, era um escravo que se encarregava de enchê-la com a água dos chafarizes públicos.¹¹ Também era utilizado o “macaco” ou “cântaro do Brasil”: tratava-se de uma moringa alargada. Mas, segundo Bueno, nas primeiras décadas do século XIX o pote de barro era a vasilha mais utilizada para a condução da água.¹²

Por vezes, um simples pote de barro exprime uma sofisticação técnica à primeira vista inexistente. O pote de água, feito de barro ou cerâmica, esteve durante muito tempo presente na casa de ricos e pobres, confirmando suas vantagens térmicas e higiênicas: a seu lado, havia sempre um coco-da-baía cortado ao meio, que servia de cuia e de copo. Já as peruleiras eram utilizadas para guardar vinho e água fresca. A louça de barro resultava do trabalho das olarias, e o barro vidrado era utilizado para diversos fins, até mesmo no encanamento de água.

Por volta de 1872, uma moradora da cidade chamada Teresa Alfaque, mais conhecida por Sinhá Teresa Paneleira, possuía um botequim na Rua do Jogo da Bola – depois, Rua da Princesa e, mais tarde, Rua Quintino Bocaiúva – no qual se vendiam louças de barro fabricadas em São Miguel e São Bernardo, assim como “pequenas moringas feitas também de barro louçado e pintadas de negro umas e outras de tinta vermelho-escura”.¹³ Essas moringas agradavam às meninas e a muitas jovens que as adquiriam para o uso diário, e também como enfeite. As moringas paulistas tinham formas variadas.¹⁴ Já as bacias de prata para

lavar os pés dos ricos contrastavam com as bacias e gamelas de pau, ferro, latão ou cobre, utilizadas pelos mais humildes. Mas a existência de todas elas é indicativa de práticas de limpeza do corpo hoje menos usuais que no passado: lavagem dos pés após o dia de labuta, oferecimento de uma bacia com água morna para o descanso e a limpeza dos pés dos viajantes, estes hábitos atestavam asseio e boa educação, hospitalidade e respeito.

No final do século XIX, os leilões publicados na imprensa já revelavam a presença de bacias de ágata e quartos de banho com lavatórios duplos, por vezes de origem americana. Na verdade, os materiais utilizados para a limpeza do corpo e para a água potável são também fortes indicadores dos níveis pecuniários de seus usuários; e sugerem, ainda, seus costumes e seus gostos. Todavia, revestimentos com a qualidade de impermeabilizar completamente reservatórios de água ou pipas e jarros começaram a significar mais uma precaução de higiene do que um luxo, na medida em que a madeira, a palha e o barro desapareciam da paisagem da cidade ou passavam a ocupar as suas margens.

Segundo Dias, no século XIX, “muitos objetos de artesanato ainda eram feitos à maneira dos índios”, tais como as cumbucas de barro, as cabaças de sembo, as purungas d’água feitas de cabaça oca, os tupés de cana para guardar sabão, entre outros.¹⁵ Alguns deles eram possivelmente fabricados no ambiente doméstico, tais como os tabuleiros para a venda de peixe e de salgados à base de produtos vindos dos rios. Bruno assinala a vitalidade das “indústrias populares” no começo do século XIX: fabricavam louças, potes de barro e de cerâmica, e produziam cestos e jacás, estes últimos confeccionados com bambu.¹⁶

Os recipientes e os instrumentos relacionados à água sugerem, também, certos odores: Americano recorda do cheiro da água de moringa de barro e daquele odor, tão refrescante quanto esse, da espuma de sabão das lavadeiras quando estas expunham as roupas molhadas ao sol, nos varais e sobre a relva.¹⁷ O odor do sabão feito de cinzas também era comumente sentido pelos moradores da cidade, especialmente nas proximidades de quintais e tanques coletivos.

De todo modo, porém, os “lugares da água” se modificam ao longo dos anos e de acordo com as transformações culturais de cada região e grupo social. Além da riqueza fluvial e marítima, dos veios subterrâneos que garantem a subsistência de muitos, existem os lugares *fabricados* para a água, tais como tanques, canos, potes, caixas d’água, filtros, chafarizes e cantareiras (móveis de madeira dentro dos quais se guardava o cântaro com água para servir), assim como os “lugares de memória” da água. A análise desses lugares, incluindo seus equipamentos e as maneiras pelas quais alguns moradores da cidade os utilizavam e os concebiam, é amplamente reveladora de embates e misturas existentes entre a cultura sensível e a cultura material vigentes no decorrer do século XIX e no início do século XX.

3. Uma miríade de disputas

Se as águas de São Paulo testemunharam atos heróicos, como aquele do Grito da Independência, “às margens plácidas do Ipiranga”, elas também participaram de uma miríade de atos históricos triviais, ou de heroísmos, injustiças e vinganças pouco conhecidos. Rios como o Tietê acolheram vários corpos, vítimas de assassinato ou de acidentes que quase levavam à morte. Americano conta, por exemplo, que, numa certa noite do final do século XIX, “alguém, ébrio ou transviado, meteu-se pelo barro recém-jorrado e foi afundando, afundando. Quando tomou pé, estava de lama até os ombros. Ali ficou gemendo. Foi visto pela manhã. Vieram os bombeiros e tiraram-no por uma estiva de tábuas”.¹⁸

Os jornais também noticiavam os acidentes nos rios, que por vezes terminavam em morte. Foi o caso, em 1889, de José Soares, empregado da Padaria Romana, que morreu afogado no Tamanduateí durante um banho de limpeza e diversão. Havia, ainda, casos de suicídio nos poços dentro de quintais, além dos acidentes com canoas em rios, como aquele que matou o português Jorge de Almeida, empregado na Casa Levy.¹⁹ As águas fluviais funcionavam como tumba e testemunho de disputas entre os vivos, por vezes acontecidas nas “horas mortas”, como se dizia. A “ocorrência da várzea”, processo que revela a morte de um senhor denominado “Pai Chico”, bastante conhecido na venda de propriedade do João Alemão, é neste aspecto exemplar. No decorrer do processo, percebe-se que “Pai Chico”, jogado para fora da canoa onde estava, veio a falecer nas águas da Várzea do Carmo.

Nessa época, as margens da várzea determinavam a identidade de “varzeano” para os seus moradores e serviam, também, como local de enterro de animais domésticos ou para o despejo do lixo de inúmeras lojas e casas da cidade. Tais usos continuaram a caracterizá-la, mesmo depois da década de 1880, quando se intensificou a intolerância aos dejetos abandonados em locais não prescritos por lei. Na imprensa, as águas servidas, desde então, começaram mais assiduamente a ser chamadas de *águas sujas*, sem serventia, inúteis, e que, ademais, ameaçavam a salubridade pública, provocando doenças e desconforto. Enterrar cavalos nas margens dos rios, fazer despachos dentro de suas águas, deixar as bocas de lobo verterem “água suja” em qualquer lugar, assim como os canos arreventados, “desperdiçando água limpa”, ou provocando a formação de “fermentos telluricos”, focos de miasmas, etc. tornaram-se críticas constantes de engenheiros, médicos, inúmeros comerciantes e proprietários locais. E essas críticas contribuíram, em grande medida, para a invenção de novas justificativas para as separações entre as águas, por meio das quais se sustentam as distinções e as distâncias socialmente implementadas entre os corpos.

No entanto, as águas consideradas insalubres eram, ao mesmo tempo e em várias ocasiões, utilizadas para a sobrevivência de boa parte da população ou para a diversão da molecada nas ruas: no Ipiranga, por exemplo, as águas acumuladas em valas ofereciam traíras aos pescadores ocasionais. As correntezas das chuvas e as poças acumuladas serviam como mictórios à céu aberto e como um modo de livrar os moradores do incômodo da poeira das inúmeras ruas de terra.

A presença das águas fluviais era, igualmente, uma constante na vida dos paulistanos. Nossa Senhora do Ó, por exemplo, núcleo seiscentista, era ligado à cidade por uma ponte de madeira, feita pelos moradores locais, os quais contavam, em larga medida, com o transporte fluvial. Esse transporte foi utilizado até a década de 1920. Em dias de festa, havia a travessia em três barcos: o primeiro era para as damas, o segundo para os cavalheiros, e o terceiro para a banda de músicas. O loteamento Vila do Tietê, outro exemplo, no sítio da Casa Verde, muito dependeu dos aterros ao longo do Rio Tietê e da ponte lançada sobre ele em 1915. Enquanto isso, no Itaim-Bibi, havia um grande capinzal nas duas margens do Rio Pinheiros e algumas olarias.²⁰ No início do século XX, ainda avistavam-se batelões repletos de areia navegando neste rio:

(...) o dia do trabalho do barqueiro começava às duas horas da madrugada; com um companheiro, percorria o rio em barcaças de até 11 m de comprimento; navegavam contra a correnteza, sondando o fundo do rio com uma vara de ferro à procura de areia; sabiam da sua presença porque “A AREIA CANTA NA BARRA DE FERRO, O BARRO NÃO”.²¹

A sonoridade da areia era diferente daquela do barro para esses especialistas do fundo do rio, responsáveis por uma parte da navegação noturna. Além da areia, os barqueiros também carregavam lenha trazida das matas para as olarias das várzeas.

No barco, os barqueiros passavam boa parte de suas vidas: “improvisavam uma cozinha”, com fogareiro de querosene, e jantavam no restaurante do porto.²² No começo do século XX, os rios chegaram a ser um palco privilegiado de disputas entre os diversos barqueiros, em busca de areia, e as lanchas do Germania, responsáveis por produzir muitas marolas nas águas. Os primeiros tendem a desaparecer, sobretudo a partir de 1927, quando a Light colocou dragas para aprofundar o leito do rio provocando a paralisação da exploração de areia.

A presença da água também constituía enredos místicos – a quantidade de lendas sobre os rios é um exemplo lapidar a este respeito – e, igualmente, enredos políticos e econômicos, resultando em muitas discussões na Câmara, sobretudo depois da década de 1840. Junto com as disputas pela posse de água, encontram-se aquelas para separar os seus usos e ordená-los segundo interesses por vezes bastante conflitantes. Um primeiro aspecto

desta situação pode ser encontrado na tentativa de separar as águas para os humanos e as destinadas a cavalos, cães e outros animais, cuja presença constituía habitualmente o cenário urbano. Assim, quando na Caixa d'água do Sr. Fiscal Rofino, por exemplo, foi encontrada uma "immensa jararaca", e mesmo quando diversos animais bebiam no tanque do Zunega, entre outros locais construídos para armazenar água própria ao ser humano, a Câmara tendia a ser chamada a tomar providências.²³

Além da separação produzida historicamente entre as necessidades humanas e a presença de animais nas águas, um segundo tipo de separação também dava lugar a petições dirigidas à Câmara e a reclamações publicadas em jornais: trata-se da separação entre propriedade particular e propriedade pública da água. Ou seja, entre os seres humanos começa a adensar o volume de problemas que chegam à Câmara, à polícia e à imprensa, sobre os direitos de usufruir das águas da Capital e de possuí-las. Por vezes, essas práticas, que implicavam utilizar as águas localizadas dentro de terrenos particulares, davam lugar à iniciativa dos proprietários desses terrenos de fecharem o seu acesso: vários becos e bicas deixavam, portanto, de ter acesso público.²⁴ Todavia, essa espécie de privatização de terras e águas públicas nem sempre ocorreu sem conflito, e, em certos casos, a população sem terras e sem a posse da água conquistou o direito de utilizá-la ou, ainda, manteve seu antigo hábito de entrar em sítios e terras particulares para coletar as águas ali existentes.

Em junho de 1868, por exemplo, Carlos Street se dirige à Câmara para argumentar em favor do fechamento de um beco na Rua Liberdade, pois, por meio dele, se tinha acesso à bica do Moringuinho, considerada de boa qualidade. A justificativa deste senhor baseava-se no fato de que o tal beco servia menos para fornecer água à população do que para "reuniões immorales e escandalosas de todas as noites e o acoutamento de escravo que ali achavão um azylo seguro para se furtarem às pesquisas de seus senhores".²⁵ No entanto, a imprensa, segundo o mesmo senhor, o critica, pois esta medida privaria o público do usufruto daquela água, coisa que, segundo a imprensa, não ocorria na época do "illustre finado Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos", antigo proprietário daquelas terras e favorável ao acesso de todos à bica. Carlos Street, interessado em privatizá-la, chega a dizer que o finado Gabriel havia autorizado de modo forçado o uso daquela água, sublinhando que, afinal de contas, a agradável bica "era de propriedade particular e não pública". É interessante observar que a celeuma levantada contra "o fecho" do dito beco parece ter sido tamanha que Carlos Street desistiu de prosseguir, declarando à Câmara que o local poderia, enfim, continuar a ser de acesso público.²⁶ Outras razões que desconhecemos até então podem ter concorrido para esse desfecho, no entanto, as pistas encontradas sugerem uma presença incontornável de interesses diferentes em relação aos usos da mesma bica de água. A partir deles, a força dos interesses dos moradores das imediações daquela bica, há muito habituados a dela se servirem livremente, tiveram uma importância considerável.

Situação semelhante ocorre no sítio denominado Bexiga, em 1873. Nesta propriedade, havia uma “servidão com fecho” e, a seguir, “com muro”, mas que, mesmo assim, não impedia a entrada das pessoas que ali coletavam água em duas fontes, uma delas denominada Fonte da Sinhá. Os antigos proprietários do sítio costumavam arrendar parte de suas terras para tropeiros de passagem naquelas redondezas, mas, em 1847, os novos donos resolveram impedir o acesso pela antiga servidão. A Câmara termina por franquear esse acesso ao público, não apenas para a coleta da água, mas também para a lavagem da roupa.²⁷

Os “fechamentos” de acessos às bicas e fontes continuaram todavia a ser objeto de polêmica entre as autoridades da cidade. Na medida em que esta cresce, que tem suas atividades comerciais fomentadas e a privatização e a concentração da posse de terras aceleradas, a polêmica entre águas privadas e águas públicas se acirra, tendendo-se a conceder as primeiras aos proprietários política e economicamente mais poderosos na cidade. Esta divisão, que reflete e fomenta desigualdades sociais, é sobretudo uma divisão entre os corpos dos mais pobres e os corpos dos mais abastados. As petições a esse respeito são numerosas, as discussões sobre os direitos às águas são longas, revelando a transformação progressiva da água numa mercadoria que deve fazer parte dos bens que se compram e vendem.

Há ainda um terceiro nível de separação das águas e dos corpos: não apenas a separação entre corpos humanos e não humanos, entre proprietários e não proprietários, mas também entre usos corporais moralmente sadios (ou virtuosos) e os “demais”. Os códigos de postura, aliás, são ricos em informações desse tipo, mas, juntamente com eles, outros documentos vêm mostrar o quanto certas práticas antigas tenderam a resistir às mudanças prescritas. Por exemplo, o banho das crianças e da “molecada”, em geral nos rios e nos tanques municipais, embora fosse alvo de críticas constantes, principalmente na segunda metade do século, continuou a fazer parte da vida de muitos paulistanos, inclusive dos estudantes da Faculdade de Direito, até os primeiros vinte anos do século XX. A proibição legal aos banhos nos rios, por exemplo, é paralela à perseguição policial à prática de despejar dejetos em várzeas, bicas e rios, também freqüente durante todo o período.²⁸ Segundo as leis municipais, as caixas de água não podiam ser locais de banho e, para evitar esta prática, costumava-se delegar a um “zelador” ou a um “sentinela” o trabalho de vigiar o seu uso. No entanto, é relativamente freqüente encontrar nas Atas da Câmara indicações sobre a “falta de atenção” desses vigias, ou, ainda, a sua tolerância, por vezes freqüente, em aceitar usos da água naqueles locais interditados por Códigos e Leis do município.

Há ainda uma disputa, por vezes recorrente nas Atas, entre zeladores e engenheiros. Pelo que tudo indica, muitas caixas d’água, assim como alguns chafarizes, possuíam

chaves. A posse destas significava, sem dúvida, a possibilidade de exercer o controle e a vigilância sobre os usos daqueles equipamentos. O zelador Martinho Cantinho, por exemplo, acusou o engenheiro do governo de ter fechado a porta da caixa d'água e do chafariz da Misericórdia, impedindo, assim, a sua presença no recinto.²⁹

Os aguadeiros, em seu ofício de vender água nas pipas em diversas ruas, também eram alvo de repreensões, multas e conflitos. Segundo o livro de receita da Câmara, durante a primeira metade da década de 1870 havia em torno de quatorze vendedores de água em pipas que percorriam a cidade, listados e destinados a pagamento de impostos.³⁰ Eles retiravam água de rios e chafarizes, e, várias vezes, eram acusados de deteriorar estes últimos. A “prática de estragos” nos chafarizes impedia outras pessoas de se servirem da água desses equipamentos.³¹ Mas também havia a acusação, por parte de alguns zeladores de caixas d'água, de que os aguadeiros, em geral imigrantes e filhos de imigrantes, exploravam os moradores de São Paulo e, ainda, retiravam água das caixas d'água e dos chafarizes e não de locais distantes.³² Tais conflitos pela água sugerem, nesse caso, tensões entre profissões e etnias. Ao mesmo tempo, os aguadeiros reclamavam e contradiziam as acusações que lhes eram feitas: em fevereiro de 1874, por exemplo, eles reclamaram à Câmara a necessidade de manterem a prática de coletar água nos chafarizes da cidade tendo em vista a dificuldade de “chegar as carroças”, repletas de pipas, nas boas fontes da cidade, distantes do centro.³³ A reclamação dos aguadeiros revelava, como tantas outras, a falta de pontes, de calçamento adequado e de outros equipamentos urbanos em São Paulo.

Além das disputas pela água envolvendo corpos diferentes, sugerindo conflitos étnicos, sociais e econômicos na cidade, havia ainda a disputa pelos locais nos quais deveriam ser estabelecidos os bebedouros e os chafarizes. Estes últimos funcionavam como verdadeiros monumentos da memória cotidiana dos hábitos sociais que constituíram São Paulo. Podiam funcionar, também, como ponto de encontro entre tropeiros, viajantes, comerciantes e pessoas pobres, como testemunho da memória de alguém, responsável por sua criação (várias inaugurações de chafarizes davam lugar a comemorações com a presença de autoridades públicas no local), como emblema do poder de certas empresas e estabelecimentos comerciais (especialmente depois que a Companhia Cantareira os utilizou em sua rede de abastecimento) e como uma espécie de testemunho do nível pecuniário de seus construtores. Eles tanto atraíam o público – em geral, os mais pobres – quanto provocavam a intolerância dos mais ricos. Há registros de famílias que se mudaram do Largo da Misericórdia, por exemplo, em virtude do “barulho” existente, até horas avançadas, naquele chafariz. Catharina da Rocha, outro exemplo, moradora da Rua Tabatinguera, pediu à Câmara que mudasse de lugar o bebedouro estabelecido quase na porta de sua casa, pois os animais de diversas cocheiras que ali vinham beber água estragavam a “sua passagem”.³⁴

Cidade imersa em diferentes culturas vinculadas à água; cidade cujos moradores tiveram seus gestos e suas memórias marcados por uma presença aquática hoje raramente lembrada – um veio de pesquisa bastante rico, portanto. Por meio das águas, encontramos as disputas pela terra e as características de uma vida fabricada sobre solo firme. Um fluido generoso, sem dúvida, sobretudo quando seus rastros transportam rapidamente o historiador para a intimidade de ambientes privados e, ao mesmo tempo, para a realidade pública, a céu aberto.

Esta generosidade, contudo, não cessa de escapar, de escorregar para fora dos limites de cada questão construída, de ultrapassar nossas possibilidades de entendimento. Talvez por isso mesmo, ao analisar a cultura gestual, material e sensível, historicamente construída em meio e por meio das águas, somos convidados a nos lembrar de que não se pisa com o pé duas vezes no mesmo rio... e, ainda, que cada um de nós, felizmente, jamais é o único a fazê-lo.

Recebido em agosto/2002; aprovado em agosto/2002

Notas

* Professora do Departamento de História da PUC-SP.

¹ LAO TSE. *Tao Te King*. São Paulo, Paulus, 2001, pp. 46-47.

² Projeto Integrado de Pesquisa, financiado pelo CNPq.

³ A bibliografia sobre os gestos é vasta. No Brasil, Câmara CASCUDO, em *História dos nossos gestos* (Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1987), por exemplo, investiga mais de trezentos gestos comuns aos brasileiros à luz de uma considerável erudição linguística, escapando com destreza dos riscos de confinar o que é banal e corriqueiro ao espaço da insignificância ou do meramente pitoresco. “Anterior à palavra”, diz Cascudo, o gesto enriquece a linguagem. Mas também exprime a cultura que o constitui. Além disso, a etnologia e a antropologia se serviram várias vezes do estudo das posturas e dos movimentos do corpo, incluindo sua gestualidade, tal como Marcel Mauss, para entender as diferenças culturais entre grupos étnicos ou profissionais diferentes. Mais recentemente, o historiador Jean-Claude Schmitt também se dedicou ao estudo dos gestos, escolhendo o universo religioso e a interpretação de sua moralidade. Neste mundo, a “razão dos gestos”, escreve ele, é “o direito que a razão se dá sobre o corpo” (SCHMITT, Jean-Claude. *La raison des gestes dans l’Occident médiéval*. Paris, Gallimard, 1990, p. 28).

⁴ LIMA, G. C. B. de. “Notícia Histórica Geográfica da Hidrografia de São Paulo do Piratininga”. *Revista do Instituto Geográfico e Geológico*, jan.-mar. 1946.

⁵ CORREJO PAULISTANO. Ver, por exemplo; 13 de setembro de 1854, p. 3; 12 de julho de 1854, p. 2; 11 de agosto de 1854, p. 3. Ver também *Papéis Avulsos*: v. 11, 1874, f. 174.

⁶ A este respeito ver: CORBIN, Alain. *L’invention du paysage*. Paris, Textuel, 2001.

⁷ *Papéis Avulsos*, 14 de março de 1894, f. s.n.

⁸ Caixa 1, Ordem 5674, 14 de janeiro de 1828.

- ⁹ Segundo o engenheiro Gil Florindo de MORAIS, *Ofícios da Capital*, R.1., caixa 116, ordem 911. 1859.
- ¹⁰ Ver SESSO JR., G. *Retalhos da velha São Paulo*. OESP, Maltese, 1986.
- ¹¹ EWBANK, T. *A vida no Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Edusp, 1976, p. 267.
- ¹² MOURA, C. E. M. de (org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Ateliê/Unesp, 1998, p. 160
- ¹³ MENEZES, R. *São Paulo de nossos avós*. São Paulo, Saraiva, 1969, p. 23.
- ¹⁴ EWBANK, T. “Facas e moringas paulistas, 1817”. In: *op. cit.*, 1976, p. 3.
- ¹⁵ DIAS, M. Odila L. da S. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1984, p. 167.
- ¹⁶ BRUNO, E. S. *Viagem ao país dos paulistas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, p. 120.
- ¹⁷ AMERICANO, J. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1957, pp. 190-192.
- ¹⁸ AMERICANO, J. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1957, p. 147.
- ¹⁹ *Diário Popular*, 2 de julho de 1888, p. 2; 21 de janeiro de 1889.
- ²⁰ LOPES, H. de Q. F. e TOLEDO, V. L. V. de. *Itaim-Bibi*. São Paulo, DPH, 1988, p. 23.
- ²¹ Idem, *ibidem*.
- ²² Idem, p. 24.
- ²³ Atas da Câmara, 18 de julho de 1865, pp. 199-200; 23 de março de 1864, pp. 63-64.
- ²⁴ Atas da Câmara, 28 de novembro de 1865, p. 312.
- ²⁵ Atas da Câmara, 4 de junho de 1869, pp. 86-88.
- ²⁶ Atas da Câmara, 9 de junho de 1868, pp. 94-95.
- ²⁷ Atas da Câmara, 4 de dezembro de 1873, pp. 243-244.
- ²⁸ Atas da Câmara, 23 de janeiro de 1865, pp. 38-39.
- ²⁹ Atas da Câmara, 12 de outubro de 1871, p. 127.
- ³⁰ Impostos – Livro da Câmara Municipal de São Paulo, 1873.
- ³¹ Atas da Câmara, 22 de setembro de 1864, p. 137.
- ³² Atas da Câmara, 17 de dezembro de 1864.
- ³³ Atas da Câmara, 5 de fevereiro, de 1874, p. 29.
- ³⁴ Atas da Câmara, 1 de dezembro de 1870.